

O ESPÍRITO DA PÁSCOA

THE SPIRIT OF EASTER

Pe. Ezechiele Pasotti

Mestre em Teologia Litúrgica
pelo Pontifício Instituto Litúrgico de Santo Anselmo (Roma)
Prefeito de Estudos no Seminário Diocesano Missionário
Redemptoris Mater de Roma

DOI: 10.64205/brasiliensis.14.27.2025.232

Publicado sob licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)



Dois pontos de partida são particularmente caros para mim e me parecem importantes para a Igreja. Primeiro, a Serva de Deus, Carmen Hernández, em um pensamento de 27 de março de 1980, escreve:

Areneros¹. Oração.
Jesus meu, “a Páscoa”.
Colocaste em nossas mãos a vida, a tua Páscoa.
Jesus meu, inacreditável, grande, imenso.
A tua fidelidade aos 15 anos, a primeira vez que atravessei estes muros.
Realmente superaste tua promessa.
Como posso estar triste?
Levanta-me.²

Segundo, o Papa Francisco, na Carta Apostólica *Desiderio desideravi* (2022), escreve:

O mundo ainda não sabe, mas todos são convidados para o banquete das núpcias do Cordeiro (Ap 19,9) [...]. Não deveríamos ter nem um instante de descanso sabendo que ainda nem todos receberam o convite para a Ceia ou que outros o esqueceram ou o perderam nos caminhos tortuosos da vida dos homens. Por isso eu disse que “sonho com uma escolha missionária..., para que todos possam sentar-se à Ceia do sacrifício do Cordeiro e viver d’Ele.” (n. 5)

Há também uma terceira provocação que podemos recolher: as palavras do Papa Francisco à Conferência Episcopal de Santo Domingo (2015).

¹ Capela do Colégio da Imaculada e São Pedro Claver, conhecido como “Colégio de Areneros”, Madri.
² Carmen Hernández, *Diários: 1979-1981* (Cantagalli, 2017). Em uma monição na festa de *Corpus Christi*, em 1992, na Paloma (Madri), Kiko recordará a Páscoa celebrada em Fuentes pela primeira comunidade das barracas e dirá: “Talvez as primeiras Páscoas celebradas no mundo, passando toda a noite em vigília, tenhamos vivido nós”.

Falando sobre o Caminho Neocatecumenal, além de afirmar que ele é obra do Espírito Santo, disse aos Bispos: “O Caminho Neocatecumenal restaurou na Igreja a Noite Pascal, que é o centro da vida cristã”³.

Acredito que todos conhecemos o problema que os Evangelhos colocam sobre a datação da Ceia Pascal – a tradição sinótica e o Evangelho de João –, sobre o qual todos os estudiosos de liturgia e os tratados de sacramentária se debruçam⁴, mas não é minha intenção entrar nessa problemática que, embora toque um ponto importante, não está no centro da Páscoa. E também não é minha intenção me colocar diante das quatro realidades históricas da Páscoa: a de Israel, a libertação do Egito e a entrada na Terra Prometida; a dos judeus; a de Nosso Senhor Jesus Cristo e a Páscoa da Igreja, celebrada há 2000 anos⁵, por mais que tudo isso seja importante...

Gostaria de tentar colocar diante de vocês “o coração da Páscoa”, “o espírito da Páscoa” que, às vezes, damos por certo e – temo – muitas vezes nem nos preocupamos em captar em toda a sua riqueza; gostaria de tentar esboçar esse mistério central da nossa fé em seus elementos constitutivos: o jejum, a noite, a Palavra, o Batismo, em sua dinâmica de morte e ressurreição, a exultação pascal da ressurreição de Cristo, o banquete pascal: tudo isso não para ressaltar os traços históricos ou litúrgicos, mas para tentar penetrar seu espírito, aquele dinamismo com o qual o Pai e o Filho, mediante o Espírito Santo, irrompem na comunidade cristã, na Igreja, para revesti-la com sua veste, com sua dignidade esponsal, para elevá-la dentro do mistério trinitário e fazê-la saborear, pouco a pouco, aquela felicidade, aquela dança e aquela glória que constituirão o que é próprio da vida eterna.

É esse espírito pascal que, a partir da Vigília Pascal, se difunde em cada celebração dominical. A *Sacrosanctum Concilium* (= SC) o afirma com nítida riqueza:

Por tradição apostólica, que nasceu do próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério pascal a cada oito dias, no dia que bem se denomina dia do Senhor ou domingo. Neste dia devem os fiéis reunir-se para participarem na Eucaristia e ouvirem a palavra de Deus, e assim recordarem a Paixão, Ressurreição e glória do Senhor Jesus e

³ Ver *Il Cammino Neocatecumenale nei discorsi di Papa Francesco e documenti della Chiesa, II* (Centro Neocatecumenale, 2019),149.

⁴ Citarei, a título de exemplo, somente alguns, do clássico *Jesus de Nazaré* do Papa Bento XVI, a M. Righetti, *Storia liturgica. Vol II: L'Anno liturgico, il Breviario*; R. Cantalamessa, *La Pasqua nella Chiesa antica*; R. Cantalamessa, *La Pasqua della nostra salvezza*; V. Raffa, *Liturgia eucaristica, Mistagogia della Messa: dalla storia e dalla teologia alla pastorale pratica*; P. Farnés, *Vivere l'Eucaristia che il Signore ci ha comandato di celebrare*; F. Couth, *I Sacramenti. Un trattato per lo studio e per la prassi*; J.J. Calles Garzón; *La vigilia Pascual: corazón de la Iglesia*.

⁵ Ver Raniero Cantalamessa, *La Pasqua della nostra salvezza. Le tradizioni pasquali della Bibbia e della Chiesa primitiva* (Marietti, 2007).

darem graças a Deus que os “regenerou para uma esperança viva pela Ressurreição de Jesus Cristo de entre os mortos” (1Pd 1,3). (SC 106).

O povo judeu constituiu e conservou a Páscoa como fundamento e sustentação da família. Constituído como povo da aliança no Sinai – onde chega embelezado e curado de toda enfermidade por Deus, que assim prepara para si uma esposa digna –, será então capaz de criar um *Seder shel Pessach*, um ritual para fazer memória do evento de libertação vivido e poder transmiti-lo aos filhos, não como um evento passado a ser lembrado, mas como um evento que acontece hoje, “precisamente neste dia” (cf. Ex 12,17).

É essa “solenidade familiar”, esse evento, que chega até Cristo e que Cristo celebra com seus discípulos, selando o mistério de sua morte e ressurreição, e que dos discípulos passará à comunidade cristã, Páscoa consumada: morte, ressurreição, ascensão ao céu, com a efusão do Espírito Santo e constituição da Igreja, Corpo de Cristo, sua Esposa.

Duas citações do Catecismo da Igreja Católica (CIC) nos introduzem na solenidade da Páscoa e em sua celebração: “[Por isso] A Páscoa não é simplesmente uma festa entre outras: é a ‘Festa das festas’, a ‘Solenidade das solenidades’, assim como a Eucaristia é o Sacramento dos sacramentos (o Grande sacramento)” (n. 1169).

O Livro do Apocalipse, por sua vez, nos “conta” uma celebração que é feita no céu (cf. CIC 1137.1138):

- Há “um trono no céu e sobre o trono Alguém... sentado” (Ap 4,2): Deus.
- Há o Cordeiro, “imolado e de pé” (Ap 5,6) [cf. Jo 1,29].
- Há um “rio de água viva” que brota “do trono de Deus e do Cordeiro” (Ap 22,1), um dos símbolos mais belos do Espírito Santo (n. 1137).

E então ouvimos do *Catecismo* (CIC 1138) quem participa desta liturgia:

- “Recapitulados” em Cristo, participam do serviço de louvor a Deus e do cumprimento de seu desígnio;
- as Potências celestes, [cf. Ap 4-5; Is 6,2-3];
- toda a criação (os quatro seres Vivos);
- os servidores da Antiga e da Nova Aliança (os vinte e quatro Anciões);
- o novo Povo de Deus (os cento e quarenta e quatro mil) [cf Ap 7,1-8; Ap 14,1], em particular os mártires e a santíssima Mãe de Deus [a Esposa do Cordeiro: cf Ap 21,9];

- “uma multidão imensa, de toda nação, raça, povo e língua” (Ap 7,9).
- CIC 1139: É a esta Liturgia eterna que o Espírito e a Igreja nos fazem participar quando celebramos, nos sacramentos, o Mistério da salvação.
- Pelo qual: CIC 1140: É toda a Comunidade, o Corpo de Cristo unido à sua Cabeça, que celebra. “As ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja.”

Ou seja, toda vez que nos reunimos para celebrar a Páscoa – mas também toda vez que celebramos a Eucaristia – é isso que nossos olhos deveriam se acostumar a contemplar: sem captar esse esplendor, não captamos aquilo que é próprio da Liturgia cristã. O ministério próprio do presbítero, daquele que preside essa Liturgia, nos disse uma vez Kiko ao falar da homilia, é “aquilo que Cristo fez como sacerdote: ou seja, levou nossa natureza ao Céu. Vocês deveriam fazer a assembleia passar para a Jerusalém Celeste. Conectar a Eucaristia à Jerusalém Celeste, porque toda Eucaristia é Celeste. É o Céu que se une, descem os anjos do Céu”⁶.

É isso que também recorda o Papa Francisco em *Desiderio desideravi*, ao falar da *ars celebrandi*, que diz respeito a toda a assembleia, mas os primeiros a cuidar dela devem ser os ministros ordenados (cf. n. 54).

Tentemos então captar alguns traços desse “espírito da Páscoa”. Antes de tudo, a Páscoa deve ser preparada pelo jejum: a tradição dos primeiros séculos, com a própria controvérsia sobre a Páscoa na metade do século II, junto à questão da data (14 de Nissan – segundo a tradição judaica e das igrejas da Ásia – ou o domingo seguinte – segundo a tradição romana?), traz também o problema do jejum, não apenas, ou não tanto, como elemento de purificação, de penitência, mas sobretudo como elemento de espera, a espera escatológica que nessa noite deveria se cumprir, a vinda do Senhor, uma espera que se prolongava até o canto do galo: só então a comunidade cristã passava à Eucaristia.

O jejum é um elemento ao qual não damos nenhuma importância, também porque essa dimensão escatológica da Páscoa, como de toda celebração da Eucaristia, se perdeu. Aqui não temos nem tempo nem espaço para devolver a esse sinal toda a atenção que ele merece e todo o valor teológico que carrega consigo, mas ao menos queremos indicá-lo, também pela atenção pastoral que mereceria.

⁶ Kiko Argüello, Convivenza itineranti, Porto San Giorgio 1981-1982.

Primeiro elemento constitutivo da Páscoa: a noite

As Normas gerais sobre o Ano Litúrgico e o Calendário o dizem expressamente: “Toda a celebração da Vigília Pascal deve realizar-se à noite, de modo que se inicie antes do começo da noite, ou que se conclua antes da aurora do domingo” (p. 47). Permitam-me insistir sobre isso, e depois darei algumas razões, e compreenderemos por que o primeiro gesto litúrgico desta Vigília é o acendimento do Círio Pascal, com o canto do *Exultet* que o acompanha:

Uma Carta Circular da Congregação para o Culto: *Paschalis sollemnitatis*, de 1988, o reafirma com muita força:

Por antiquíssima tradição, esta noite é em ‘honra do Senhor’ (Ex 12,42) e a Vigília que nela se celebra, comemorando a noite santa em que Cristo ressuscitou, é considerada como ‘mãe de todas as santas Vigílias’. Nessa Vigília, de fato, a Igreja permanece na expectativa da Ressurreição do Senhor e a celebra com os sacramentos da Iniciação cristã. (n. 77)

A celebração inteira da Vigília Pascal realiza-se à noite... Essa norma é de interpretação estrita. Os abusos e os costumes contrários, que às vezes ocorrem, antecipando o horário da celebração da Vigília Pascal para as horas em que normalmente se celebram as Missas vespertinas do domingo, não podem ser admitidos. (n. 78)

A Vigília Pascal, na qual os judeus esperaram durante a noite a passagem do Senhor que os libertaria da escravidão do Faraó, foi por eles observada como memorial a ser celebrado todos os anos; era a figura da futura verdadeira Páscoa de Cristo, ou seja, da noite da verdadeira libertação, na qual “Cristo, quebrando os vínculos da morte, ressuscita vitorioso do sepulcro.” (n. 79)

Desde o início, a Igreja celebrou a Páscoa anual, solenidade das solenidades, com uma Vigília noturna. Com efeito, a Ressurreição de Cristo é fundamento da nossa fé e da nossa esperança, e por meio do Batismo e da Confirmação fomos inseridos no mistério pascal de Cristo... (n. 80)

Êxodo 12,42 diz expressamente por que esta vigília deve ser celebrada à noite: “Noite de vigília foi esta para o Senhor, para fazê-los sair da terra do Egito. Esta será uma noite de vigília em honra do Senhor... de geração em geração”.

A noite da Páscoa é, antes de tudo, uma vigília, estar acordado a noite inteira, porque Deus velou durante toda a noite para libertar o seu povo. Ele velou — esse é o sentido de permanecer acordado. Dormir é como morrer. A noite, a escuridão, é imagem do sofrimento, da morte: é importante entrar nessa escuridão, nessa noite, sem medo e, ali, esperar a passagem do Senhor. A noite torna-se um sinal sacramental para nós, do nosso não fugir diante do sofrimento/cruz: é um ato de fé na espera da luz. É na noite que se acende o fogo novo, e esse fogo anuncia a luz da ressurreição. É uma noite de lua cheia. Uma noite em que o tempo tem uma identidade própria, que

não pode ser medido pelas categorias com as quais participamos da missa, mesmo que a prolonguemos por uma ou duas horas... a noite não pode ser medida dessa forma, pois se perde o espírito: o tempo deve ser libertado dos ponteiros do relógio para ser revestido de plenitude. Note-se, não é sequer uma questão de prolongá-lo: deve-se dar a ele o ritmo da Vigília Pascal.

Compreendam que a Páscoa não pode ser comparada a nenhuma missa vespertina, a nenhuma vigília de oração: é um memorial. Deus comprometeu-se nesta noite a realizar a aliança que prometeu a Abraão, de levar adiante Ele mesmo a história, apesar de todos os pecados do povo, suas murmurações durante o caminho, a construção de um ídolo e o desejo de voltar ao Egito. Durante esse caminho controverso é o próprio Deus — o “Deus fiel” (cf. Dt 7,9; Sl 31,6 e outros) contra toda infidelidade do povo — que se eleva, como coluna de luz e de fogo, para abrir caminhos de esperança.

Dizíamos acima como em cada Eucaristia “toda a criação” participa, porque toda a criação foi feita em função do homem e desta noite: hoje corremos o risco (ecologismo, animalismo, e tudo o mais que inventamos...) de perder um dado fundamental da Revelação: por mais imensamente grande e inimaginável que seja a criação, ela foi feita em relação e em função do homem, e não o contrário (há algumas décadas os próprios cientistas falam de um “princípio antrópico” que coloca justamente o homem no centro e como ponto de chegada do universo): é o homem que chega como plenitude da criação e a quem é entregue toda a criação — claro, para que cuide dela e não a submeta aos nossos mesquinhos projetos de posse e abuso, de violência e de desfiguração —, para que a conduza consigo no mistério desta noite de ressurreição.

E nesta noite, o que acontece? Os sinais são importantes.

Toda a criação já participa na primeira Páscoa, que poderíamos chamar de natural: o ano se compõe de estações e em duas delas (inverno e primavera) percebemos sobretudo um dado cíclico: um mistério de morte e de vida: o inverno, onde tudo parece ter voltado ao sono da morte, da noite, e a primavera, com o admirável despertar da vida, da luz do dia: os povos primitivos, todos os anos, celebraram o encontro, a passagem entre esses dois momentos — o fim do inverno e o início da primavera — com uma festa que tinha no centro a oferta das primícias a Deus, a oferta de um pão novo. Israel captou esse dado natural e o mergulhou e revestiu com sua história, fez dele um evento dessa história: viu no inverno um sinal da escravidão do Egito, de todo sofrimento humano, e experimentou, viu o poder libertador de Deus. Jesus Cristo, nesta noite, dá um passo ainda mais profundo, definitivo: coloca o homem diante do sofrimento último, do enigma supremo da condição humana (cf. *Gaudium et Spes* 18), a morte:

Ele entra na morte, na barbárie da crucificação, e dela ressuscita vitorioso.

E agora, na noite, faz-se presente a luz, o fogo — o acendimento do círio novo e o canto do *Exultet*, que nesta noite recolhe todo o sofrimento e a exultação vitoriosa: é a presença de Deus/Luz que irrompe e rasga a noite:

O Senhor ia à frente deles durante o dia numa coluna de nuvem, para guiá-los pelo caminho, e durante a noite numa coluna de fogo, para iluminá-los, a fim de que pudessem caminhar dia e noite. A coluna de nuvem durante o dia e a coluna de fogo durante a noite nunca se afastavam da presença do povo. (Ex 13,21-22)

Coluna de luz – nuvem e fogo –, para expressar a solidez e a potência da presença divina, que caminha com o povo pelos caminhos tortuosos do deserto e da história e que jamais deixará seu povo sozinho, garantia certa diante dos inimigos que ouviram “que tu, Senhor, estás no meio deste povo, que tu, Senhor, te mostras a eles face a face, que tua nuvem repousa sobre eles e que caminhas diante deles de dia numa coluna de nuvem e de noite numa coluna de fogo” (Nm 14,14), mas também garantia diante do combate do sofrimento de cada dia.

A Vigília começa com este sinal imenso: a irrupção da Luz, de Deus/Luz que rompe a noite, e após o sinal da luz, torna-se Palavra: uma *haggadá*, um relato – mas esta palavra me parece curta demais para expressar o evento que ela contém.

Segundo elemento constitutivo desta noite: a liturgia da Palavra

“Fazer memória” para este povo – e isso também é importante para captar os conteúdos teológicos da nossa Páscoa – não é simplesmente “recordar” um evento passado: nesta noite, a memória do evento passado torna presente a ação libertadora de Deus: Deus intervém para libertar o seu povo. Belíssimo é o relato que o pai de família faz nela (a *haggadá*): em certo momento, as crianças – presença fundamental na Vigília Pascal – fazem perguntas ao pai: “Por que esta noite é diferente de todas as outras noites?” E ao filho que pergunta: “O que significa esta noite para vocês?” – como se colocando fora dela – o pai responde, com a parresia própria de quem sabe que está transmitindo a fé aos filhos, está formando-os, que para eles esta noite é a passagem de Deus que liberta, e que se o filho, com essa atitude, tivesse estado presente, não teria saído do Egito. É uma memória forte, sacramental, poderíamos dizer, aquela que é celebrada e que atravessará todos os séculos, até os nossos dias (leiam como ainda nos campos de concentração os judeus eram capazes de celebrá-la, em absoluta pobreza, mas celebrá-la, porque anunciaava – é um texto da *haggadá* pascal

– “Este ano aqui, escravos, mas no próximo ano, livres, na terra de Israel!”).

São três os momentos dessa *haggadá* que permaneceram constitutivos da celebração pascal da comunidade cristã: o “poema das três noites”, a proclamação profética, o anúncio da ressurreição do Senhor.

O “poema das três noites” reúne uma síntese da criação, da fé de Israel e da história da salvação que torna presente a obra de Deus que se realiza nesta noite: são três páginas da Escritura de uma solenidade que condensa o mistério da revelação.

Sobre o *tohu wabohu* [תֹהוּ וָבֹהוּ] de Gn 1,2 – como diz literalmente o texto hebraico – não apenas uma terra “sem forma e vazia”, como traduz a CEI (Conferência Episcopal Italiana) e outras traduções em várias línguas –, mas sobre o “nada de nada”, há uma primeira irrupção do amor de Deus. O grego da Septuaginta expressa algo ainda mais profundo: ή δὲ γῆ ἦν ἀόρατος (invisível) καὶ ἀκατασκεύαστος (não preparada, não elaborada): são as trevas que cobrem o abismo, com o Espírito de Deus pairando sobre as águas (Gn 1,2). Deus não se compraz com essa visão e irrompe com sua palavra criadora: “Deus disse: ‘Faça-se a luz!’ E a luz se fez. Deus viu que a luz era boa e separou a luz das trevas” (Gn 1,3).

A beleza é um elemento distintivo do cristianismo, porque Deus não é apenas o criador do que é belo, mas porque “Deus é belo”. “Tarde te amei, beleza tão antiga e tão nova, tarde te amei!”, exclama Santo Agostinho nas *Confissões*⁷. “Tu és beleza... Tu és beleza!”, repete São Francisco de Assis em seu cântico extático, redigido após receber os estigmas de Cristo⁸. E comenta São Boaventura: “Contemplava nas coisas belas o Belíssimo e, seguindo os vestígios impressos nas criaturas, buscava por toda parte o Amado”⁹. A beleza de Deus, o Belíssimo como o chamava São Francisco de Assis, não aceita esse *tohu wabohu* e intervém com a criação: o vazio, o nada é preenchido pela palavra de Deus, e sua palavra de beleza preenche o mundo, embeleza o mundo, torna esplêndida sua criação.

E, como coroamento dessa criação, o homem: não um homem qualquer, diríamos, mas Abraão. E a segunda noite canta o evento de uma outra criação: a fé. Deus passa na vida de Abraão, que corre o risco de reduzir-se todo ao filho Isaac – “teu filho, teu unigênito, a quem amas” (Gn 22,2) – para que ali ponha ordem: após a prova, permanecerá “teu filho, teu unigênito” (Gn 22,16), e no *Targum Neofiti* encontra-se a tradução do versículo de Abraão que descreve o sacrifício de Isaac, ao qual se

⁷ “Sero te amavi, pulchritudo tam antiqua et tam nova, sero te amavi!”, *Confessiones* 10, 27: CCL 27,251.

⁸ “Lodi di Dio altissimo”, vv. 7 e 10: *Fonti Francescane*, n. 261. Padova 1982, p. 177: citado por João Paulo II, “Carta aos Artistas”, 4 de abril de 1999, http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1999/documents/hf_jp-ii_let_23041999_artists.html.

⁹ “Legenda maior”, IX, 1: *Fonti Francescane*, n. 1162, l. c., p. 911, citado por João Paulo II, “Carta aos Artistas”.

acrescentam as palavras de um anjo: “Vinde e vede a fé sobre a terra: um pai que sacrifica seu único filho, e o filho amado que lhe oferece a garganta”. O *midrash* faz cantar o coração de Deus: o anjo reúne toda a corte celeste para que desça a ver a fé sobre a terra e proclama: “Serão benditas em tua descendência todas as nações da terra, porque obedeceste à minha voz” (Gn 22,18). O mistério, o dom da fé.

E depois a terceira noite: no Egito, há um novo *tohu wabohu*, um novo vazio de vazio: o sofrimento do povo de Israel, tornado escravo pelo poder do Egito, torna-se clamor que sobe a Deus. Ele, com um novo ato criador, declara: “Eu vi a miséria do meu povo e ouvi o seu clamor: conheço os seus sofrimentos. Desci para libertá-lo...” (Ex 3,7-8), e eis a Páscoa.

Essas três noites são fundamentais para captar o espírito da Páscoa, verdadeiramente constitutivas da revelação cristã, na expectativa da quarta noite, realizada na Páscoa de Cristo, e da quinta, quando toda a criação – e o homem com ela – será arrebatada na eternidade.

Após esse admirável poema, a leitura e a proclamação que os profetas fazem da Páscoa: duas páginas de Isaías (caps. 54 e 55), uma de Baruc (3,4) e uma de Ezequiel (36). Ao povo no exílio, como uma esposa abandonada – da qual a noite é imagem –, o Deutero-Isaías proclama: “Teu esposo é o teu criador..., teu Redentor é o Santo de Israel” (54,5) e anuncia sua fidelidade. Basta que o povo cesse de voltar os olhos aos ídolos e retorne ao seu Senhor: “Ó vós todos que tendes sede, vinde às águas..., Por que gastar dinheiro naquilo que não é pão...” (55,1-2). E ainda o profeta Baruc convida o povo a não entregar a outros sua glória, a reencontrar na criação aquele “Eis-me aqui” que em Abraão fez cantar o coração de Deus: “As estrelas brilharam em seus postos de guarda e se alegraram: Ele as chamou e elas responderam: ‘Eis-nos aqui’” (Br 3,34-35). E eis agora, com o profeta Ezequiel, anunciada a obra de toda Páscoa: “Eu vos tomarei dentre as nações, vos reunirei de todas as terras e vos conduzirei à vossa terra. Derramarei sobre vós água pura e sereis purificados” (Ez 36,24-25).

Agora a noite – a esposa de Cristo na noite, tornada bela pela libertação operada por Deus – está pronta para acolher o canto do “Aleluia”, o grito da vitória de Cristo justamente “sobre aquele que tem o poder da morte, isto é, o diabo” (Hb 2,14). É a terceira parte da Liturgia da Palavra, quando o apóstolo Paulo e os Evangelhos proclamam o evento: Cristo, ressuscitado dos mortos, não morre mais e nos dá também a nós a garantia da resurreição, desvelando também para nós o enigma da morte e o porquê de Jesus mesmo ter desejado e ainda desejar ardente comer esta Páscoa conosco (cf. Lc 22,15).

A profundidade e a beleza deste “relato”, desta Palavra que se faz evento para nós nesta noite de Páscoa – e em cada celebração da Eucaristia

– exige também de nossa parte uma escuta particular, pessoal e comunitária. Essa “escuta” é uma ação, de certo modo, nunca concluída: justamente porque toca nossa vida cotidiana e a toca de maneira existencial: ela é sempre nova, deve crescer dia após dia rumo à maturidade, e precisa de uma verdadeira “iniciação”, que certamente pode colher frutos de estudos e cursos específicos sobre a Escritura, mas que não são suficientes – seja porque não são acessíveis a todos, mas sobretudo porque a dimensão viva da Palavra, a Palavra/Evento não é fruto do homem, mas dom de Deus, revelação gradual de seu mistério. Não se pode aproximar-se dela de forma banal, preocupados com o tempo, que acabe logo... Parece-me oportuno recordar aqui o que afirma o *Ordo Lectionum Missae* (n. 10) sobre o “íntimo nexo” entre a Palavra de Deus e o Mistério Eucarístico.

À Palavra de Deus e ao mistério eucarístico, a Igreja tributou — e sempre e em toda parte quis e estabeleceu que se tributasse — a mesma veneração, ainda que não o mesmo culto; movida pelo exemplo de seu fundador, ela nunca deixou de celebrar o mistério pascal, reunindo-se para ler “em todas as Escrituras o que a ele dizia respeito” (Lc 24,27), e atualizar, com o memorial do Senhor e os sacramentos, a obra da salvação.¹⁰

Também isso é parte integrante do espírito da noite de Páscoa.

Terceiro elemento constitutivo da Páscoa: celebração dos Batizados

Na noite, após o evento da Palavra em seus três momentos, e a homilia que nesta Vigília abre o céu diante da comunidade cristã — porque a ressurreição de Cristo une céu e terra na alegria dos novos céus e da nova terra, já anunciados pelo profeta Isaías (Is 65,17; cf. 2Pd 3,13) e agora

¹⁰ O Concílio Vaticano II, ao declarar essa única veneração das Sagradas Escrituras e do Corpo de Cristo na Igreja – e que, por isso, ela sempre se alimentou “do pão da vida tanto da mesa da Palavra de Deus quanto do Corpo de Cristo” (*Dei Verbum* 21) –, reafirmou a importância das “duas mesas” do cristão. Isso implica também a veneração do livro das Sagradas Escrituras, que deve ser levado consigo, aberto, beijado e venerado: “Feliz aquele que a morte surpreende enquanto medita estes livros (os Evangelhos, nota do editor). Por isso, desejemo-los de todo o coração, abracemo-los, meditemo-los sem cessar, beijemo-los, morramos sobre eles, transformemo-nos neles, até que o estudo se transforme em conduta de vida. Quem não puder alcançar isso – e, no entanto, quem não pode, se apenas quiser? –, que ao menos venere tais livros como a arca do coração divino. Se alguém mostrasse a marca dos pés de Cristo, como nós cristãos nos prostraríamos, como a adoraríamos? Por que, então, não veneramos antes sua imagem viva e imediata nestes livros? Se alguém exhibisse a túnica de Cristo, não voaríamos aos confins da terra para poder beijá-la? No entanto, mesmo que me mostrassem tudo o que lhe pertenceu, não haverá nada que represente Cristo de modo mais expressivo e verdadeiro do que os Evangelhos. Por amor a Cristo, decorarmos uma estátua de madeira ou de pedra com gemas e ouro. E então, por que não adornamos antes com ouro, pedras preciosas e com tudo o que há de mais valioso estes livros, que nos tornam Cristo muito mais presente do que qualquer efígie?” (Erasmo de Roterdã, *Paracil* 5).

realizados como se lê no Apocalipse: “Então vi um novo céu e uma nova terra. Pois o primeiro céu e a primeira terra desapareceram, e o mar já não existia” (Ap 21,1) —, o centro da assembleia torna-se o batistério, para onde se caminha a fim de acolher aqueles que foram preparados e agora renascem para uma vida nova.

O canto das Ladinhas, próprio dos momentos mais solenes da Igreja, que torna presente o céu, e a bênção da fonte batismal, da água batismal, recolhem em unidade o mistério da noite:

Desde as origens, teu Espírito pairava sobre as águas, para que contivessem em germe a força de santificar; e também no dilúvio prefiguraste o Batismo, para que, hoje como então, a água marcasse o fim do pecado e o início da vida nova. Libertaste da escravidão os filhos de Abraão, fazendo-os passar ilesos pelo Mar Vermelho, para que fossem imagem do futuro povo dos batizados. Por fim, na plenitude dos tempos, teu Filho, batizado por João nas águas do Jordão, foi consagrado pelo Espírito Santo; elevado na cruz, derramou de seu lado sangue e água, e após sua ressurreição ordenou aos discípulos: “Ide, anunciai o Evangelho a todos os povos e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

E na água, imagem da morte, após imergir o círio pascal — garantia de vitória —, mergulhamos crianças e adultos, “para que, com o sacramento do Batismo, o homem, feito à tua imagem, seja lavado da mancha do pecado, e da água e do Espírito Santo renasca como nova criatura”. Toda a comunidade cristã, na renovação das promessas batismais, ao final do rito, com o “Amém”, faz sua a proclamação de quem preside: “Esta é a nossa fé. Esta é a fé da Igreja. E nós nos gloriamos de professá-la, em Cristo Jesus nosso Senhor”.

Podemos compreender bem como também este elemento é fundamental para captar o espírito da Páscoa, arrancando toda a Vigília de um ritual que se preocupa apenas com o tempo, em fazer tudo depressa, porque há coisas mais importantes a fazer depois. Esta noite, como dizíamos acima, dá ao tempo uma dimensão totalmente nova: sem entrar neste tempo novo, não celebramos a Páscoa, a “divina liturgia”, mas apenas mais um dos muitos ritos. Mas atenção: não é uma questão de “quantidade de tempo”, como se tudo consistisse em dedicar mais tempo ao rito; trata-se aqui da “qualidade do tempo”, se me entende. A “qualidade do tempo” tem a ver com o amor, onde — justamente — o tempo sempre parece faltar. No amor, quando se ama, o tempo é sempre demasiado breve, e a Vigília Pascal é inteiramente um tempo de amor.

É toda a comunidade que deve ser educada para isso, porque isso não é automático. Por isso, como mencionávamos acima, também aqui a iniciação cristã torna-se fundamental para captar “o espírito da Páscoa”: trata-se de

uma educação gradual, de conduzir pouco a pouco toda a comunidade a entrar no tempo da liturgia, que é um “agora”, uma “hora” que se confunde — brevíssima — com a eternidade de Deus. Certamente, não somos anjos desencarnados, e o cansaço da vigília noturna pode nos atingir a qualquer momento, mas justamente por isso a Vigília deve sempre ser preparada por um tempo de jejum e de oração, e além disso o ritmo da liturgia deve ser mantido vivo, sem demoras inúteis, mas também sem aquela pressa que mata o espírito da liturgia.

Quarto elemento fundamental da Páscoa: a Liturgia Eucarística

E eis-nos no último tempo da noite, já na expectativa da aurora: a Liturgia Eucarística, a exultação pascal da ressurreição de Cristo e o banquete pascal. A dimensão da espera pela vinda do Senhor, própria da Igreja dos primeiros tempos, alimentada por dois ou três dias de jejum, explodia ao canto do galo na alegria do banquete: também neste ano o Senhor não teria vindo, e já se caminhava rumo à próxima Páscoa [Jejum = Escatologia].

É o canto do prefácio que abre a exultação por aquele que nesta noite se imolou:

“Ele, o verdadeiro Cordeiro que tirou os pecados do mundo”,
“Ele que, morrendo, destruiu a morte e, ressuscitando, devolveu-nos a vida.”

E nos sentamos à mesa com Jesus, na Última Ceia¹¹. Nos Evangelhos, sobretudo em Lucas, temos o relato do que acontece. Foi simples para o Senhor, no momento da bênção sobre o pão e de sua fração e distribuição aos discípulos, dizer a bênção própria da *haggadá*: “Bendito és tu, Senhor nosso Deus, Rei do Universo, que fazes brotar o pão da terra”, e acrescentar: “Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim” (Lc 22,19). Eis, este pão que até agora foi para vós sinal da escravidão do Egito, de agora em diante é sinal sacramental da minha vida entregue à

¹¹ Por causa da discordância nas datas entre os Sinópticos e o Evangelho de João, seria longo entrar aqui nessa questão. Alguns autores querem negar essa correspondência da Última Ceia com a celebração da Páscoa judaica e preferem falar da Instituição da Eucaristia durante outra ceia. O problema da datação da Páscoa é real e depende de como se interpreta (de fato, a datação podia ser feita por “escolas” diferentes de rabinos). Eu prefiro me referir também à “historicidade” do Evangelho de Lucas e ao que afirmam os Catecismos do Concílio de Trento e do Vaticano II: “Jesus escolheu o tempo da Páscoa para realizar aquilo que havia anunciado em Cafarnaum: dar aos seus discípulos o seu Corpo e o seu Sangue” (Catecismo da Igreja Católica, n. 1339). “Celebrando a Última Ceia com seus Apóstolos durante um banquete pascal, Jesus deu à Páscoa judaica seu significado definitivo” (Catecismo da Igreja Católica, n. 1340).

morte por vós, da minha morte por vós. “E depois de ter ceado – como diz ainda São Lucas –, fez o mesmo com o cálice, dizendo: ‘Este cálice é a nova aliança no meu sangue, que é derramado por vós’” (Lc 22,20). Eis, este cálice que é para vós sinal da entrada na Terra Prometida, sinal da fidelidade de Deus à sua aliança, é agora sinal da nova aliança, selada no meu sangue derramado por vós, sinal e antecipação da minha ressurreição da morte, que nesta noite volta a se realizar, do banquete no Reino dos Céus.

Gosto de captar aqui, porque é próprio desta noite santa, o que afirma a IGMR, indo realmente além de Trento (extraio algumas notas do meu livro): sob a pressão da Reforma protestante, aquele Concílio, em nada menos que três sessões, quis focar os temas eucarísticos: sobretudo na sessão XIII (1551), diante da insistência de Lutero em considerar a Eucaristia como Ceia, reafirmou a presença real de Cristo nas espécies eucarísticas, e depois, na sessão XXII (1562), apresentou a Eucaristia como verdadeiro sacrifício: a Igreja não repete o sacrifício único e eterno de Cristo na Cruz, mas o re-apresenta através dos sinais sacramentais.

Essa contraposição entre

- Eucaristia = Ceia (protestantismo)
- e Eucaristia = Sacrificio (catolicismo)

marcou quatro séculos de teologia protestante e católica, sobretudo na compreensão da celebração litúrgica. A acentuação dos sinais (pão e vinho para todos na prática luterana), a redução dos sinais (hóstias e vinho, mas este só para o celebrante) na prática católica, acabou – ao menos na parte católica – por dar à própria celebração uma leitura teológica reduzida, praticamente à parte central – a anáfora – dita em voz baixa, como “própria” do presidente que age *in persona Christi*, com a comunhão entendida como “consumação da vítima”, feita apenas pelo celebrante, à qual pode também participar algum fiel, mas como algo secundário, não necessário.

A afirmação de Lutero sobre a Ceia lançou uma suspeita sobre o uso do próprio termo em referência à Eucaristia, assim como sobre o sintagma “banquete eucarístico”, que por isso não foram usados nos textos oficiais. Já o Movimento Litúrgico havia reagido a essa redução teológica da Eucaristia, com reflexões e observações apropriadas, e com o desejo de uma renovação da prática católica, sobretudo quanto à participação, que reconduzisse a Eucaristia aos esplendores dos Padres da Igreja.

No próprio Concílio Vaticano II, o termo “ceia” é usado escassamente (6 vezes, se contamos bem): duas para falar da “santa ceia” celebrada pelas “comunidades eclesiais separadas de nós” (*Unitatis Redintegratio* 22); três vezes se fala de “Ceia do Senhor”: falando do Bispo e das “comunidades locais”, afirma-se que “nelas, com a pregação do Evangelho de Cristo, os fiéis são reunidos e se celebra o mistério da Ceia do Senhor, ‘para que, por

meio da carne e do sangue do Senhor, todos os irmãos da comunidade estejam estreitamente unidos”” (*Lumen Gentium* 26); em *Sacrosanctum Concilium* 6 afirma-se que toda vez que os cristãos “comem a Ceia do Senhor, proclamam sua morte até que ele (Cristo) venha”; e no n. 47 diz-se: “Nosso Salvador, na Última Ceia, na noite em que foi traído, instituiu o sacrifício eucarístico de seu Corpo e de seu Sangue, para perpetuar pelos séculos, até seu retorno, o Sacrifício da Cruz, e para confiar assim à sua dileta Esposa, a Igreja, o memorial de sua Morte e de sua Ressurreição; sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal...”. Aqui encontramos também o sintagma “banquete pascal”; por fim, em *Apostolicam Actuositatem*, sobre o Apostolado dos Leigos (8), afirma-se: “A santa Igreja, como desde suas origens, unindo o ‘ágape’ com a Ceia Eucarística, manifestava-se toda unida no vínculo da caridade em torno de Cristo, assim, em todo tempo, é reconhecida por esse sinal da caridade...”. Ainda mais escasso é o uso de “banquete”, que encontramos apenas 2 vezes (*Lumen Gentium* 48 e *Gaudium et Spes* 38).

Para captar plenamente “o espírito” desta noite santa, gostaria aqui de destacar a dimensão escatológica e esponsal do banquete eucarístico, como afirmado pelo Catecismo e pela IGMR: o Catecismo, ao falar da Eucaristia, depois de situá-la na Economia da salvação e apresentar sua celebração litúrgica, a descreve como sacrifício universal: ação de graças, memorial e presença do Senhor, como banquete pascal e como “penhor da glória futura” (nn. 1382–1405). Queremos aqui sublinhar esses dois momentos.

O texto do Catecismo abre-se com uma afirmação de princípio muito importante: “A Missa é ao mesmo tempo e inseparavelmente o memorial do sacrifício no qual se perpetua o sacrifício da cruz, e o sagrado banquete da Comunhão ao Corpo e ao Sangue do Senhor. Mas a celebração do sacrifício eucarístico é totalmente orientada à união íntima dos fiéis com Cristo através da Comunhão. Comungar é receber o próprio Cristo que se ofereceu por nós” (1382).

Ou seja, parece-me que o sacrifício, a visão cristã de sacrifício, só se comprehende bem se “lido”, “entendido”, “compreendido” como banquete, como “união íntima com Cristo”. O banquete eucarístico é “penhor” dessa eternidade, é antecipação e garantia dela. A dimensão sacrificial, própria da Eucaristia, o altar, “representa os dois aspectos de um mesmo mistério: o altar do sacrifício e a mesa do Senhor, e isso tanto mais quanto o altar cristão é o símbolo do próprio Cristo, presente no meio da assembleia de seus fiéis, tanto como vítima oferecida para nossa reconciliação, quanto como alimento celeste que se dá a nós” (1383).

É interessante notar como revestimos o sacrifício com os sinais próprios da adoração: a genuflexão, ou o estar de joelhos, o jejum eucarístico, o

silêncio, a oração, a procissão, e outros mais, porque é verdade que diante da grandeza deste sacramento o fiel não pode senão fazer sua, com humildade e fé ardente, a súplica do centurião (cf. Mt 8,8 e *Princípios e normas para o uso do Missal Romano*, n. 157), mas é igualmente verdade que também os sinais do banquete não podem ser negligenciados, se não quisermos empobrecer todo o “sacrifício de comunhão”, e voltar a uma compreensão e participação mais pobre deste sacramento. E a Igreja, que exige toda a compostura e dignidade de um gesto tão determinante, não pode deixar de sublinhar com a mesma força que também o sinal do banquete não pode ser diminuído. E isso ela faz recuperando o sinal do “pão ázimo” e da participação no cálice do vinho. Após recordar que “em virtude da presença sacramental de Cristo sob cada espécie, a comunhão com a única espécie do pão permite receber todo o fruto de graça da Eucaristia”, insiste que, todavia, “a santa Comunhão expressa com maior plenitude sua forma de sinal, se for feita sob as duas espécies. Nela, de fato, resulta mais evidente o sinal do banquete eucarístico” (*Princípios e normas para o uso do Missal Romano*, 240) (1390). Esta é a forma habitual de comungar nos ritos orientais.

A propósito do “pão ázimo”, dois números da IGMR são particularmente ricos nesse sentido: “O pão para a celebração da Eucaristia deve ser exclusivamente de trigo, confeccionado recentemente e ázimo, segundo a antiga tradição da Igreja latina” (n. 320).

Ainda mais decisivo é o número seguinte:

A natureza do sinal exige que a matéria da celebração eucarística se apresente verdadeiramente como alimento. Convém, portanto, que o pão eucarístico, embora ázimo e confeccionado na forma tradicional, seja feito de modo que o sacerdote, na Missa celebrada com o povo, possa realmente partir a hóstia em várias partes e distribuí-la ao menos a alguns dos fiéis. (n. 321)

E me surpreende — na verdade, me escandaliza profundamente, porque muitas vezes são teólogos e liturgistas que, para atacar o Concílio Vaticano II, não hesitam em empobrecer toda a teologia da Eucaristia e da Páscoa — toda uma propaganda (não sei como chamar de outro modo) que está sendo feita sobre a comunhão na boca com a hóstia como correspondente ao gesto realizado pelo Senhor com os próprios apóstolos, negando sua dimensão escatológica de banquete.

À luz do que Santo Agostinho afirma sobre o tempo da Quaresma e o Tempo Pascal, que se condensa e explode na Noite de Páscoa: “O período que precede a Páscoa representa a tribulação em que nos encontramos no presente; aquele que celebramos agora, depois da Páscoa, representa a bem-

aventurança em que estaremos na eternidade”¹², me pergunto se justamente a falta de atenção dada ao banquete eucarístico, o não captar a riqueza teológica e significativa dessa realidade pascal, não seja uma das consequências de viver tanta devoção eucarística e tão pouca dimensão escatológica que enche de esperança, de céu, a vida em seu sofrimento cotidiano.

Ainda que com demasiada frequência se prefira o uso “mais cômodo” das hóstias, a indicação do Missal vai na direção de uma atenção direta à Comunhão como banquete. É verdade que o mesmo número acrescenta que “as hóstias pequenas não estão de modo algum excluídas, quando o número dos comungantes, ou outras razões pastorais o exigirem”, mas acrescenta também, justamente no respeito a sinais mais apropriados, que “o gesto da fração do pão, com o qual a Eucaristia era simplesmente designada no tempo apostólico, manifestará cada vez mais a força e a importância do sinal da unidade de todos em um único pão e do sinal da caridade, pelo fato de que um único pão é distribuído entre os irmãos” (321). E o Catecismo já havia lembrado antes (1388) o mandato do Concílio: “Recomenda-se muito aquela participação mais perfeita na Missa, pela qual os fiéis, após a Comunhão do sacerdote, recebem o Corpo do Senhor do mesmo Sacrifício (SC 55)”.

À luz de tudo isso, gostaria de tentar colocar uma pergunta: se nos importam tanto os sinais próprios do sacrifício, como dizíamos acima, e fazemos bem, certamente, por que não damos nenhuma – ou pouca – importância ao sinal do banquete? Por exemplo, habitualmente nas celebrações eucarísticas usamos as hóstias (que engolimos) e não o pão ázimo (que deveríamos mastigar); recebemos o Corpo do Senhor enquanto estamos voltando ao nosso lugar, muitas vezes distraídos; voltamos ao lugar e nos ajoelhamos devotamente, em vez de explodir em um canto de exultação e de alegria...?¹³

Na IGMR há dois números que me parecem de uma profundidade e beleza teológica surpreendentes, ainda que bastante esquecidos. Já os recordamos, mas queremos retomá-los aqui pela importância que têm para nós no contexto desta exposição – que quisemos justamente na – talvez – ilusória esperança de poder lhes dar um pouco de relevo teológico, litúrgico e pastoral.

¹² Santo Agostinho, *Commento sui Salmi*, 148,1.

¹³ E, no entanto, bastou a pandemia causada pela Covid-19 para distribuir a Comunhão em pé, recebendo-a em nosso lugar, talvez nos escandalizando um pouco, e sem nenhuma catequese! E pensar que até isso poderia ter nos ajudado a compreender melhor o sinal da Eucaristia como banquete!

São de uma clareza e significatividade que pouco necessitam de comentário. Por que nos parecem dignos de atenção especial? Porque daqui é possível “conhecer” a Eucaristia na plenitude do Mistério Pascal, com uma teologia que vai além de Trento, porque recupera toda a tradição bíblico-patrística e a projeta para uma leitura escatológica capaz de iluminar com nova luz o nosso tempo, cada vez mais fechado e reduzido a ideologias, às vezes revestidas de “ciência” – melhor, de “cientificismo” – que não sabem ir além dos estreitos limites do hoje.

Vejamos o texto da IGMR:

A santa Comunhão expressa com maior plenitude sua forma de sinal, se for feita sob as duas espécies. Com efeito, torna-se mais evidente o sinal do banquete eucarístico, e expressa-se mais claramente a vontade divina de ratificar a nova e eterna aliança no Sangue do Senhor, e é mais intuitiva a relação entre o banquete eucarístico e o convívio escatológico no reino do Pai.¹⁴ (IGMR 281)

“Os pastores de almas façam disso um dever: recordar, da maneira mais adequada, aos fiéis que participam do rito ou que o assistem, a doutrina católica a respeito da forma da Comunhão, segundo o Concílio Ecumênico de Trento. Em particular, recordem aos fiéis o que ensina a fé católica: que, ou seja, mesmo sob uma única espécie se recebe Cristo inteiro e o Sacramento em toda a sua verdade; consequentemente, no que diz respeito aos frutos da Comunhão, aqueles que recebem uma única espécie não ficam privados de nenhuma graça necessária à salvação.¹⁵

Além disso, ensinem que, na administração dos Sacramentos, salva a sua substância, a Igreja tem o poder de determinar ou mudar aquilo que ela considera mais conveniente para a veneração devida aos próprios Sacramentos e para a utilidade daqueles que os recebem, segundo a diversidade das circunstâncias, dos tempos e dos lugares. Ao mesmo tempo, porém, exortem os fiéis para que participem mais intensamente do rito sagrado, na forma em que é posto em maior evidência o sinal do banquete. (IGMR 282).

Analisemos o texto detalhadamente:

- a santa Comunhão expressa com maior plenitude sua forma de sinal, se for feita sob as duas espécies: toda a Liturgia opera através de sinais, sinais que não são meras figuras sem relação com os eventos da história da salvação, com nosso Senhor Jesus Cristo. Recordemos a afirmação plástica e expressiva de São Leão Magno: “Aquilo que [...] era visível em nosso Salvador passou para seus sacramentos”¹⁶: os sinais nos colocam em contato – sacramental, mas real – com o Cristo histórico, e realizam a salvação que Ele nos trouxe. Essa “maior plenitude” não é, portanto, uma afirmação fraca, que possamos acolher ou não indiferentemente, sem empobrecer o nosso “encontro” com o Senhor;

¹⁴ Ver Sacra Congregazione dei ritti, *Istruzione Eucharisticum mysterium*, n. 32.

¹⁵ Ver Concilio di Trento, DS 1725-1729.

¹⁶ São Leão Magno, *Sermo* 74,2.

- torna-se, com efeito, mais evidente o sinal do banquete eucarístico: o sinal nos anuncia a realidade do “banquete celeste”, aquele “sacrifício de comunhão” que nos coloca na presença de Deus, que nos torna seus familiares (cf. Ef 2,19), seus comensais. O sacrifício da Eucaristia, ao qual participamos com a Comunhão, define-se como banquete, como “penhor da glória futura”;
- expressa-se mais claramente a vontade divina de ratificar a nova e eterna aliança no Sangue do Senhor: ainda que, através do sinal, percebe-se a vontade divina de estabelecer a nova e eterna aliança no Sangue de Cristo: teologicamente o sinal enriquece e nos permite comunicar com a vontade divina. Isso é importante para definir aquilo que a Eucaristia celebra e do qual nos torna participantes;
- é mais intuitiva a relação entre o banquete eucarístico e o convívio escatológico no reino do Pai: este é outro ponto decisivo, porque o “banquete eucarístico” estabelece uma relação com o “convívio escatológico”, com a vida eterna.

Como se vê, uma leitura atenta do texto da IGMR não apenas arranca a Comunhão de intimismos e devoções realmente pobres: “Colocar Jesus no meu coração”, “Eu e o meu Jesus”, mas lança a própria Eucaristia, o próprio sacrifício eucarístico, dentro de uma dimensão pascal de vitória sobre a morte, de passagem definitiva para a glória do céu. O sacrifício da Cruz deságua na glória, na alegria, na festa da ressurreição. Aqui captamos aquele “estupor”, aquela “maravilha” de que se falava no início: nos espera o Céu, contemplar o rosto de Deus, a comunhão dos santos, o sentido último da nossa vida; a própria vida de Cristo “dada”, “oferecida” para a minha glória: um verdadeiro *sacrificium laudis* (sacrifício de louvor) de exultação pascal.

Surpreende-me frequentemente a pouca atenção que damos a essa dimensão escatológica da Eucaristia: sim, muita devoção, mas no fim das contas sem Céu, sem esperança, sem vitória sobre a morte. Compreendo aquele Padre da Igreja que, diante da grandeza do mistério celebrado, dizia se espantar que quem nos encontra ao sair da celebração não veja em nós algum sinal desse evento! Trata-se realmente de sair de uma visão “devocional” da Comunhão e da Missa, para entrar na exultação da Páscoa, nessa irrupção do divino em nossa história. A plenitude dos sinais deveria nos educar, pouco a pouco, a transformar cada Eucaristia em Páscoa, em desejo do Céu.

Talvez precisemos, mediante uma iniciação cristã séria, preocupar-nos menos com celebrações massivas da Vigília, para responder ao princípio canônico da única celebração pascal, para reencontrar o verdadeiro espírito da Páscoa: sem ele, nunca renovaremos a própria celebração da Eucaristia dominical e talvez nunca sairemos de uma concepção demasiadamente

humana do “culto” (vejam-se sobre este ponto os caps. 1 e 7 do meu livro: O Esplendor da Liturgia Cristã). O risco, e é mais real do que pensamos, é que, se não reencontrarmos o espírito da Páscoa, à próxima geração transmitiremos um código de rubricas e princípios canônicos.

Conclusão: Páscoa de Bênção

No livro do Gênesis há uma passagem que me fascina particularmente: Abraão, de volta da vitória contra os reis que fizeram prisioneiro o irmão Ló, recebe de Melquisedeque, rei de Salém e sacerdote do Deus altíssimo, a oferta do pão e do vinho, com estas palavras:

Seja bendito Abrão pelo Deus altíssimo,
criador do céu e da terra,
e bendito o Deus altíssimo
que entregou os teus inimigos em tuas mãos (Gn 14,19-20).

O duplo sinal da Páscoa, a oferta do Pão e do vinho, está unido a uma dupla bênção: uma bênção descendente do Deus altíssimo por ter colocado os inimigos de Abraão sob seus pés, e uma bênção ascendente, para o Deus altíssimo.

A Páscoa é o cumprimento dessa dupla bênção: Deus enviou seu Filho ao mundo com a missão de destruir o inimigo do homem, a morte – e aquele que tem o poder da morte, o diabo (cf. Hb 2,14) – e restituir-lhe sua dignidade, a bênção com que Deus criou o homem para a felicidade, porque como exclama Irineu: *Gloria Dei, homo vivens* (Glória de Deus é o homem que vive), que vive em plenitude, participante da glória de Deus. A vitória de Cristo sobre a morte que a Páscoa anuncia e celebra é para todos os homens, e os homens, reunidos em comunidade, restituem a Deus, na gratidão do coração, a bênção: falam bem de Deus, não podem deixar de fazê-lo nessa exultação.

O homem, o mundo, espera ver cumprida essa bênção: Deus criou o mundo para ela, toda a história da salvação foi posta em ação para essa dupla bênção. À Igreja foi confiada a Páscoa, a nós foi confiada a Páscoa, somos responsáveis por levar ao mundo e a Deus essa bênção pascal. E esse anúncio tem pressa, não pode esperar mais.

E para que tudo isso não pareça realidade fora do mundo, gosto de concluir com uma citação do Papa Francisco, da *Exortação Apostólica Querida Amazonía* (2020):

Também “para os mais pobres e esquecidos”

Seria triste se recebessem de nós um código de doutrinas ou um imperativo moral, mas não o grande anúncio salvífico, aquele grito missionário que visa o coração e dá sentido a todo o resto. Nem podemos contentar-nos com uma mensagem social. Se dermos a vida por eles, pela justiça e a dignidade que merecem, não podemos ocultar-lhes que o fazemos porque reconhecemos Cristo neles e porque descobrimos a imensa dignidade a eles concedida por Deus Pai que os ama infinitamente. (n. 63).

Eles têm direito ao anúncio do Evangelho, sobretudo àquele primeiro anúncio que se chama querigma e “é o anúncio principal, aquele que sempre se tem de voltar a ouvir de diferentes maneiras e aquele que sempre se tem de voltar a anunciar duma forma ou doutra” (*Ev. Gaud.*, 164). É o anúncio de um Deus que ama infinitamente cada ser humano, que manifestou plenamente este amor em Cristo crucificado por nós e ressuscitado na nossa vida. Proponho voltar a ler um breve resumo deste conteúdo no capítulo IV da Exortação *Christus vivit*. Este anúncio deve ressoar constantemente na Amazônia, expresso em muitas modalidades distintas. Sem este anúncio apaixonado, cada estrutura eclesial transformar-se-á em mais uma ONG e, assim, não responderemos ao pedido de Jesus Cristo: “Ide pelo mundo inteiro, proclamai o Evangelho a toda a criatura” (*Mc 16, 15*). (n. 64)

Referências Bibliográficas

- Cantalamessa, Raniero. *La Pasqua della nostra salvezza. Le tradizioni pasquali della Bibbia e della Chiesa primitiva*. Marietti, 2007.
- Concilio di Trento. Em *Enchiridion symbolorum*, organizado por H. Denzinger e A. Schönmetzer. s. d.
- Concílio Vaticano II. “*Apostolicam actuositatem*: Decreto sobre o apostolado dos leigos”. Santa Sé, 18 de novembro de 1965. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html.
- Concílio Vaticano II. “*Gaudium et spes*: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual”. Santa Sé, 7 de dezembro de 1965. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html.
- Concílio Vaticano II. “*Lumen gentium*: Constituição Dogmática sobre a Igreja”. Santa Sé, 21 de novembro de 1964. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html.
- Concílio Vaticano II. “*Sacrosanctum Concilium*: Constituição sobre a Sagrada Liturgia”. Santa Sé. https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html.

- Congregação para o Culto Divino. “*Paschalis Sollemnitatis: A Preparação e Celebração das Festas Pascais*”. Presbíteros, 16 de fevereiro de 2024.
<https://presbiteros.org.br/paschalis-sollemnitatis-a-preparacao-e-celebracao-das-festas-pascais/>.
- Congregazione dei Riti. *Istruzione Eucharisticum mysterium*. 1967.
- Francisco. “*Desiderio desideravi: Carta Apostólica sobre a formação litúrgica do povo de Deus*”. Santa Sé, 29 de junho de 2022. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/20220629-lettera-ap-desiderio-desideravi.html.
- Hernández, Carmen. *Diários: 1979-1981*. Cantagalli, 2017.
- Il Cammino Neocatecumenale nei discorsi di Papa Francesco e documenti della Chiesa. II*. Centro Neocatecumenale, 2019.
- João Paulo II. “Carta aos Artistas”. 4 de abril de 1999. [http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1999/documents/hf_jpii_let_23041999_artists.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1999/documents/hf_jpii_let_23041999_artists.html).
- Francisco. “‘Querida Amazonia’: Exortação Apostólica pós-sinodal ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade (2 de fevereiro de 2020)”. Acesso em 29 de dezembro de 2025. https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html.
- Santo Agostinho Agostino. *Commento sui Salmi*, 148.
- Santo Agostinho Agostino. *Confessiones*.
- São Leão Magno. *Sermo 74*.